



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

THIAGO ARAÚJO BORGES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO EM
UMA IFES DO CENTRO-OESTE**

Brasília – DF
2023

THIAGO ARAÚJO BORGES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO EM
UMA IFES DO CENTRO-OESTE**

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Elisabeth Aparecida
Correa Menezes.

Brasília – DF

2023

THIAGO ARAÚJO BORGES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO EM
UMA IFES DO CENTRO-OESTE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do aluno:

Thiago Araújo Borges de Sousa

Dr^a. Elisabeth Aparecida Correa Menezes
Professora-Orientadora

Dr^a. Sheila Cristina Tolentino Barbosa
Professora-Examinadora

Brasília, 14 de dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar esse texto citando o principal responsável pela escolha do tema, meu tio José Borges de Sousa Filho, ele foi e sempre será uma inspiração para mim, obrigado por ter sido a pessoa que você foi em vida, nunca te esquecerei.

Agradeço à Deus por não me abandonar em nenhum momento e me dar forças para seguir a cada dia, sempre me motivando para levantar e buscar ser melhor a cada dia.

Agradeço aos meus pais, Silvana e Jone, o carinho que vocês tiveram comigo e esforço para que eu tivesse o maior conforto e acesso a tudo que eu sempre precisei, não cabe em palavras o amor e gratidão que sinto por vocês.

Agradeço aos meus dois irmãos, Leonardo e Andressa, que eu amo muito e que foram pilares na minha construção como pessoa.

Agradeço à minha vó Ivone que é a pessoa mais especial do mundo, obrigado por todos os momentos de lição e amor que a senhora me passou.

Agradeço à toda minha família; minha madrinha, Suzana; minha vó ,Terezinha; a minha segunda mãe, Marinilza; meus tios e tias; primos e primas, todos vocês fazem parte deste trabalho.

Agradeço ao Toxão, que é um grupo de amigos que começou na escola e foi uma base para minha formação, espero que dure para o resto da minha vida.

Agradeço à minha namorada, Laura, que é meu porto seguro e que me apoia nas minhas decisões.

Agradeço à minha orientadora que acreditou em mim e no meu trabalho, me auxiliando em todos os momentos.

Agradeço aos alunos que aceitaram ceder a entrevista, espero ter contribuído para mudar a realidade e atenuar as dificuldades que o ambiente acadêmico apresenta para a pessoa com deficiência.

Agradeço à Universidade de Brasília por ter me acolhido por 5 anos e ter me formado como um gestor de políticas públicas.

Resiliência sempre.

*“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é,
assim, vida no sentido mais autêntico da palavra.”*
Anísio Teixeira

RESUMO

Este estudo busca entender como funcionam as legislações que tratam do acesso e suporte dos estudantes com deficiência em uma Instituição Federal de Ensino Superior - IFES e se elas estão sendo cumpridas como determinam as legislações. Para isso foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental como métodos de coleta de dados. Após a análise desses dados, verificaram-se legislações que tratam do direito das pessoas com deficiência de acessar e permanecer na IFES, porém foi visto dificuldades em certas ocasiões no ponto de vista desses alunos. Observa-se que a IFES possui legislações que tratam do acesso e suporte dos estudantes com deficiência, porém elas não conseguem ser cumpridas em sua totalidade por diversos motivos.

Palavras-chave: Acessibilidade; Pessoas com Deficiência; Cotas; Inclusão; Ensino Superior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Nuvem de Palavras de todos os entrevistados.....	38
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alunos PcD matriculados na IFES por tipo de deficiência.....	31
Gráfico 2 - Alunos PcD por deficiência e faculdade que frequenta em 2018.....	32
Gráfico 3 - Alunos PcD por deficiência e faculdade que frequenta em 2019.....	33
Gráfico 4 - Alunos PcD por deficiência e faculdade que frequenta em 2020.....	33
Gráfico 5 - Alunos PcD por deficiência e faculdade que frequenta em 2021.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislações que são guias para avaliação biopsicossocial.....	23
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD	Resolução do Conselho de Administração
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos Universidade de Brasília
CET	Centro de Excelência em Turismo
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DACES	Diretoria de Acessibilidade
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DIMAP	Diretoria de Manutenção Predial
FAC	Faculdade de Comunicação
FACE	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
FCE	Faculdade de Ceilândia
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Educação
FE	Faculdade de Educação
FEF	Faculdade de Educação Física
FGA	Faculdade do Gama
FM	Faculdade de Medicina
FS	Faculdade de Ciências da Saúde
FT	Faculdade de Tecnologia
FUP	Faculdade de Planaltina
IB	Instituto de Ciências Biológicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IdA	Instituto de Artes
IE	Instituto de Ciências Exatas
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto de Física
IFES	Instituição de Federal de Ensino Superior
IG	Instituto de Geociências
IH	Instituto de Ciências Humanas

IL	Instituto de Letras
INFRA	Secretaria de Infraestrutura
IP	Instituto de Psicologia
IPOL	Instituto de Ciência Política
IQ	Instituto de Química
IREL	Instituto de Relações Internacionais
LAI	Lei de Acesso à Informação
LSB/PSL	Língua de Sinais Brasileira/Português Como Segunda Língua
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com Deficiência
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PPNE	Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
ProExt	Programa de Extensão Universitária
PTA	Programas de Tutoria para Acessibilidade
TCU	Tribunal de Contas da União

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Pergunta de pesquisa	14
1.2. Objetivos	14
1.2.1. Objetivo geral	14
1.2.2. Objetivo Específicos	14
1.3. Justificativa	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1. Universidade do Brasil	16
2.2. As Pessoas com Deficiência, o capacitismo e a inclusão social	17
2.3. Políticas Públicas	18
2.3.1. Implementação e execução de políticas públicas	20
2.3.2. Políticas públicas de educação focadas no público PcD no Brasil	21
2.4. As Pessoas Com Deficiência nas IFES	22
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	23
3.1. Método científico e tipo de pesquisa	23
3.2. População e amostragem	23
3.3. Procedimentos de coleta dos dados da pesquisa	25
3.4. Procedimentos de análise dos dados	25
3.5. Verbas para promover a acessibilidade na IFES	26
3.6. Cotas e sua implementação no sistema federal de ensino superior	27
4. RESULTADOS E ANÁLISES	30
4.1. Quantitativo total de alunos PcD cotistas na IFES durante o período de 2017 a 2021	30
4.2. Análise das entrevistas pela Análise de Conteúdo	34
4.2.1. Análise da entrevista da gestora responsável pelo departamento de acessibilidade da IFES	34
4.2.2. Análise das entrevistas com os alunos PcD cotistas	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	53

1. INTRODUÇÃO

A educação é a base para a evolução da humanidade em diversos aspectos: a formação de uma sociedade ética, diminuição da desigualdade social, descobertas científicas, formação de uma pessoa enquanto cidadã e entende-se que o governo tem obrigação de ofertá-la para todos os cidadãos. De acordo com Costa (2023), a universidade tem um papel muito importante no impacto social, como é descrito abaixo:

“A responsabilidade de uma universidade perante a sociedade advém primariamente de seu impacto social. Uma universidade que faz parte do desenvolvimento da sua região é uma universidade de relevância social.”
(COSTA, 2023).

Essa linha de pensamento tende a enfatizar a importância da responsabilidade social das universidades e o foco da presente pesquisa: a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) federal, focando naquelas que usaram o sistema de cotas.

As PcD vêm de um longo histórico de preconceito e discriminação enfrentado desde a antiguidade, atualmente observa-se uma evolução na sociedade, provocando uma integração e acolhimento para essas pessoas, seja adaptando e facilitando tarefas básicas como a movimentação urbana, comunicação e um entendimento maior da população em relação as dificuldades que essas pessoas possuem, gerando assim um melhor convívio. Esse processo inclusivo tem uma longa cadeia por trás.

De acordo com Barroco (1998), na Antiguidade os deficientes eram negligenciados, sendo ignorados, abandonados e excluídos da sociedade. De acordo com a autora, apenas após o século XVIII as pessoas com deficiência começam a ser vistas como indivíduos que poderiam conviver em sociedade e, no século XIX, época de grandes descobertas científicas, passou-se a estudar as PcD de forma humanizada na busca do tratamento para suas adversidades.

Diante da importância do tema para a sociedade, esta pesquisa se propõe a estudar o processo de ingresso e permanência das pessoas com deficiência na IFES e o apoio do Governo Federal para que possam concluir seu curso. A fim de ingressar em qualquer universidade federal, é necessário cumprir os parâmetros de qualificação e realizar avaliações admissionais, além disso é muito importante levar em conta as características

peçoais, preferências e habilidades individuais que podem estar mais ou menos alinhadas com um determinado curso que levará a uma profissão. Todos desejam ou podem estudar a mesma área no ensino superior, no entanto, para aqueles que têm a capacidade e o desejo de fazê-lo, nenhum tipo de deficiência física ou sensorial deve se tornar um obstáculo. Ou seja, não se deve impor novas barreiras para essas pessoas.

Assim, destacam-se as leis Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (Estatuto Da Pessoa Com Deficiência) que trata do acesso à educação para as PcD e a lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que contempla a reserva de vagas para as PcD.

1.1. Pergunta de pesquisa

Considerando a importância do tema, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre o cumprimento de legislações que tratam do ingresso e suporte para os alunos com deficiência em uma IFES do centro-oeste?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é descrever como ocorre o cumprimento das legislações que tratam do ingresso e suporte para os alunos com deficiência em uma IFES do centro-oeste.

1.2.2. Objetivo Específicos

Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa irá se dividir em metas enumeradas:

- 1) Descrever as legislações que regulamentam as políticas públicas de ingresso e suporte das PcD na IFES;
- 2) Identificar o quantitativo de alunos PcD cotistas na IFES durante o período de 2017 a 2021;
- 3) Definir quais procedimentos a IFES tem tomado para garantir o seu cumprimento;

4) Verificar, mediante entrevistas com alunos PcD da IFES, as principais dificuldades encontradas em relação a acessibilidade, tal como urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na informação, atitudinais, tecnológicas, comunicativas, entre outras.

1.3. Justificativa

Esse tema de pesquisa é de suma importância para o mundo integralizado contemporâneo, vive-se em constante evolução, que perpassa diversos aspectos, dentre os quais a inclusão. A educação é o caminho mais seguro e genuíno para o avanço e para isso dispõe-se de legislações que promovem o desenvolvimento humano como um todo, e focadas nas PcD, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) no artigo 205:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL,1988)

Pode-se observar que esse tema, além de crucial para o desenvolvimento da sociedade em si, é de suma importância para os que necessitam, apesar disso muitas vezes é desdenhado por parte da sociedade, seja por falta de informação ou desnecessidade.

Diante disso, entende-se que os resultados da presente pesquisa poderão contribuir com gestores responsáveis pelo cumprimento das legislações e possível criação de outras, uma vez que o trabalho pretende colocar luz nas principais dificuldades encontradas pelos alunos PcDs no ambiente universitário. Poder contribuir também com alunos PcDs considerando que a partir dos resultados encontrados, esses poderão reivindicar ao instrumento competente o efetivo cumprimento das legislações, caso essas não estejam sendo cumpridas em sua totalidade.

Conforme cita Piccini (2021) as políticas voltadas ao acesso têm obtido resultados importantes, um desses avanços foi o aumento do número de matrículas dos estudantes com deficiência evidenciada nos últimos anos, em especial desde o ano de 2016, esse número vem crescendo, sobretudo em decorrência da inclusão das pessoas com deficiência na Lei das Cotas.

Diante do exposto e ressaltando o contínuo aumento nas pesquisas relacionadas às temáticas da educação superior para indivíduos com deficiência, este estudo visa contribuir para o avanço das políticas de inclusão e permanência dessas pessoas no Ensino Superior.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Universidade do Brasil

Tem-se uma percepção muito ampla acerca da função de uma universidade, porém voltando no tempo observa-se diferentes assimilações do papel da mesma, de acordo com Anísio Teixeira (1968) as universidades antigamente eram marginalizadas, contudo com o tempo se tornou uma grande força de promoção da cultura e do desenvolvimento econômico, o autor também cita a criação passando por momentos como o renascimento, idade média, e revoluções, até chegar no ponto da transformação científica. De acordo com o autor, o Brasil teve uma resistência à ideia de ter uma universidade, o que mudou apenas com o desembarque da família real, quando as primeiras escolas de medicina, direito e engenharia foram inauguradas.

Durante todo período monárquico, foram apresentados 42 projetos para inaugurar uma universidade, todavia todos recusados pelo governo e parlamentares, os mesmos focavam em ensino profissionalizante, o qual chamavam de uma educação mais utilitária, também pensavam que para ter uma universidade teriam que ter cultura, conforme foi dito por Antônio de Almeida (1882) que acreditava que o Brasil não poderia ter uma universidade pois não possuía cultura, ademais, Almeida acreditava que a universidade era uma cultura ultrapassado e que não precisaria dela para o futuro.

Foi apenas em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto n.º 14.343, que o governo federal criou sua primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro. Florestan Fernandes foi um grande sociólogo e que contribuiu muito no âmbito universitário brasileiro, o mesmo cita que:

“Para poder acompanhar os progressos incessantes dos diversos ramos do conhecimento científico, a universidade precisa produzir, por meios próprios, pelo menos algumas parcelas daqueles progressos; para poder comunicar ao meio circundante as técnicas do conhecimento científico, a universidade necessita de vias internas de descoberta, aplicação e avaliação de tais técnicas.” (Fernandes, 2020, p. 364)

Segundo José Dias (2015), a existência da universidade é justificada por meio do cumprimento de suas responsabilidades sociais, ou seja, para que uma universidade tenha aquilo que se espera dela ela precisa cumprir além da função educacional, uma função social com a sociedade, o autor retoma dizendo que isso é alcançado através da incorporação de valores existenciais e humanos e, tanto por vocação, quanto por demanda, pela geração e compartilhamento de conhecimento.

2.2. As Pessoas com Deficiência, o capacitismo e a inclusão social

O termo “pessoas com deficiência” foi definido mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), a decisão foi tomada para afastar termos pejorativos e que inferiorizam tais indivíduos.

O capacitismo, de acordo com Lau Patrón (2022) é a ideia de que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiência, tratadas como anormais e incapazes, em comparação com um referencial definido como perfeito. Pouco se fala atualmente sobre leis que inserem essas pessoas na sociedade, como por exemplo as leis de cotas para PcD e esse tipo de comportamento apenas afeta esse preconceito, pois desse jeito a população continua perpetuando comportamentos preconceituosos, como o de que pessoas com deficiência não são capazes de atuar ativamente na sociedade, o que não é verdade. Os direitos humanos são direitos de todos, embora se façam necessárias nuances específicas para grupos mais vulneráveis e antes relegados à periferia dos fatos. Sob a égide dos direitos humanos, estas pessoas estarão em condições de conquistar a cidadania (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 2007).

O Brasil ratificou, em 2007, o documento da ONU em relação às pessoas com deficiência, o documento foi recepcionado e lançado no Brasil como Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, essa cartilha trata dos assuntos das quais o Estado deve tomar conta como saúde, educação, acessibilidade, equidade, segurança, entre outros. Esse protocolo ainda cita conceitos como definições do que seria a deficiência em si, de acordo com a ONU um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de

oportunidades com as demais pessoas. De 2007 até hoje ainda vemos essa evolução no conceito de deficiência, a lei brasileira cita que deficiência seria:

“DECRETO N.º3.298 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999/ Art.3º: I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.” (BRASIL,1999).

A inclusão social de acordo com Resende (2001) é o ato de integrar pessoas a um certo círculo de convívio, ou seja, observa-se na inclusão o oposto do capacitismo e exclusão. Cazzaniga (2000) cita pontos que proporciona uma maior inclusão social das PcD, como a criação de canais de comunicação que tratem da questão de forma prioritária, a tecnologia da informação para a renovação do saber e maior inclusão tecnológica, apoio midiático, fortalecimento da causa através de verbas públicas e conseqüentemente o enfrentamento público do tema.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, o Brasil possui cerca de 17 milhões de pessoas que possuem pelo menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 8,4% da população brasileira, o PNS também investigou o mercado de trabalho, e aferiu que a taxa de participação para pessoas com deficiência (28,3%) é menos da metade do que entre as pessoas sem deficiência (66,3%). Isso foi explicado por Leonardo Athias, analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

“Além de a taxa de participação das pessoas com deficiência ser bem menor do que a de pessoas sem deficiência, elas têm uma taxa de desocupação maior, que indica uma maior dificuldade em conseguir emprego. Isso pode ser causado por falta de acessibilidade da sua casa até o trabalho, no trabalho, ou pelo capacitismo, como é chamado o preconceito contra pessoas com deficiência” (Athias,2022).

2.3. Políticas Públicas

Para se falar de políticas públicas deve-se introduzir primeiramente a história do que seria políticas públicas, Celina Souza (2006) cita que a política pública é um campo de

conhecimento e disciplina acadêmica que emergiu nos Estados Unidos, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, dessa forma a tradição europeia se concentrava principalmente na análise do Estado e de suas instituições, em vez de se dedicar à produção de governos e de políticas em si. Política pública é um conceito muito vasto entre os autores, Thomas Dye (1984) resume o conceito de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, já segundo Lindblom (1959), as políticas públicas são formadas através de tomadas de decisões incrementais, em vez de planejamentos amplos e racionais, o mesmo argumenta que os tomadores de decisão políticos enfrentam restrições cognitivas e informações limitadas, o que os leva a adotar uma abordagem de "avançar aos tropeços".

Mead (1995) define política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos

Segundo Arretche (2000), as políticas públicas são entendidas como ações e programas implementados pelo Estado para enfrentar questões sociais e promover o bem-estar da sociedade, destacando a importância da análise das políticas públicas para compreender como o Estado lida com as demandas sociais e quais os impactos dessas políticas na sociedade.

Segundo Souza Celina Souza (2003) a política pública possui quatro principais autores, cada um com sua especificidade, entre eles pode-se citar Harold Lasswell (1936) que introduziu o termo *policy analysis* (análise de política pública) que seria uma forma de combinar conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos e assim propondo a estabelecer um diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e o governo. De acordo com Celina Souza (2003) um outro autor que também teve muita relevância para o estudo da política pública foi Simon (1957) que introduziu o conceito de *policy makers* que seria a racionalidade limitada dos decisores públicos, esse conceito argumenta que racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores, entre outros.

2.3.1. Implementação e execução de políticas públicas

O estudo sobre a implementação de políticas públicas começa de forma aprofundada por volta da década de 1970 com vários autores, um dos pilares para o desenvolvimento desse campo foi Aaron Wildavsky (1973) que se destaca por investigar as políticas federais dos Estados Unidos e o motivo delas não serem implementadas conforme planejado, o mesmo enfatizava a importância das instituições e da interação entre atores governamentais e não governamentais na implementação de políticas.

No plano de implementação da política, são definidos os processos de operações necessárias ao seu funcionamento e são contemplados aspectos como gerenciamento do escopo, dos prazos de implementação, dos custos, da qualidade, dos riscos, dos controles internos e dos recursos (Tribunal de Contas da União - TCU, 2021).

De acordo com Sabatier (1986) a implementação de políticas públicas divide-se em dois tipos de abordagens, a *top-down* e *bottom-up*.

A abordagem *top-down* baseia-se na abordagem sequencial, a política pública é vista como uma sequência de etapas distintas e guiadas por lógicas diferentes (MULLER & SUREL, 2002). A pesquisa de maior relevância sobre a abordagem *top-down* é a do framework de Sabatier e Mazmanian (1980), na qual os autores referem a relevância dos seguintes fatores-chave: objetivos claros e consistentes, teoria causal adequada, estruturação legal para promover o cumprimento dos implementadores e dos grupos-alvo, implementadores empenhados e competentes, apoio dos grupos de interesse e dos decisores soberanos ao longo de todo o processo, um contexto socioeconômico cujas mudanças não debilitam o apoio político ou a teoria causal subjacente à formulação da política.

Já a abordagem *bottom-up* de acordo com Elmore (1996) sustenta-se em opor-se a influência decisiva dos formuladores sobre o processo de implementação e o de que as diretrizes explícitas, a determinação precisa de responsabilidades administrativas e a definição exata de resultados aumentam a probabilidade de as políticas serem implementadas com êxito. Reforçando essa visão, observa-se que O'Brien (1999) enfatiza que a discricionariedade dos implementadores é inevitável e, além disso, pode ser considerada desejável, uma vez que esses atores possuem conhecimento das situações locais e têm a capacidade de adaptar o plano de acordo com elas.

De acordo com Winter (2010), o campo de estudo sobre implementação de políticas públicas é relativamente novo na administração e nas políticas públicas. Oliveira (2016) cita que a implementação se trata de um campo importante que agrega a perspectiva de política pública à administração pública de modo que busca compreender como as políticas são transformadas durante o processo de execução. Partindo do pressuposto que o controle dos processos por meio de regras é fundamental para minimizar a discricionariedade dos implementadores, o processo de execução do que foi planejado na formulação da política é o parâmetro para a análise dos processos (OLIVEIRA,2016).

2.3.2. Políticas públicas de educação focadas no público PcD no Brasil

Segundo Mascarenhas (2020) as políticas sociais e educacionais são definidas como políticas públicas que se encaixam em um conjunto de ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Focando-se no tema da pesquisa, aprofunda-se na relação da política de ingresso dos estudantes PcD com o apoio recebido após o ingresso às universidades federais. Como já citado na introdução, a legislação que define as competências das universidades em relação às PcD se baseia na lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, focando no art.30 que define que as universidades federais devem tomar essas medidas para garantir acessibilidade ao estudante:

*“I - Atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
II - Disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
III - Disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
IV - Disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
V - Dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;*

*VI - Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
VII - Tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.”
(BRASIL,2015)*

2.4. As Pessoas Com Deficiência nas IFES

As primeiras ações de inclusão de pessoas com deficiência na IFES e de promoção da acessibilidade remontam a década de 1980, quando surgiram os primeiros debates relacionados às condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência na universidade (ZARDO,2023).

Na década de 1990, institui-se o primeiro departamento especializado em PcD nesta IFES, a Comissão de Estudos sobre a Questão do Portador de Necessidades Especiais da (Resolução do DEG nº002/1994) e no ano de 1999 é instaurado o Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (PPNE), o qual seria implementado por um grupo de trabalho composto por representantes do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos Universidade de Brasília (CESPE), do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), do Decanato de Ensino de Graduação (DEG), do Subprograma PNE universitário, da Faculdade de Educação (FE) e da Prefeitura da IFES.

Em 2003 se destacou o CEPE nº 048/2003 que acarretou avanços importantes ao elencar os objetivos do programa, os tipos de atendimentos e de acessibilidade a serem garantidos, a possibilidade de readaptação nos cursos, a prorrogação do tempo de permanência para conclusão de curso, a prioridade de matrícula, dentre outras garantias.

Em 2017, o PPNE tornou-se Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários. Nesse mesmo ano organiza-se uma comissão que elaborará a proposta de política de acessibilidade para a Universidade de Brasília. Em 2019 essa comissão aprova a Resolução do Conselho de Administração (CAD) Nº 50/2019 que tem como objetivo zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos, não só das pessoas com deficiência, mas engloba transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pela IFES

Em 2020, por meio do Ato da Reitoria nº 0845/2020, foi atualizada a estrutura organizacional do DAC, com a criação da Diretoria de Acessibilidade (DACES/DAC), setor anteriormente denominado PPNE. De acordo com a IFES essa mudança consiste no entendimento de que a acessibilidade, como política e como direito, deve ser trabalhada na perspectiva da transversalidade entre as unidades acadêmicas, responsabilizando todos os atores da universidade (docentes, discentes, técnicos) a promoverem a inclusão e a participação de todos no âmbito da IFES.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1. Método científico e tipo de pesquisa

Para entender o que seria método qualitativo e quantitativo observa-se que de acordo com MINAYO (2008), os métodos quantitativos buscam apresentar dados, tendências e indicadores observáveis, além de desenvolver modelos teóricos abstratos com forte aplicação prática. Suas pesquisas buscam evidenciar a regularidade dos fenômenos. Já quando se trata de aspectos qualitativos, segundo MINAYO (2008), os instrumentos utilizados na pesquisa qualitativa em campo possibilitam a ligação entre o marco teórico metodológico e a realidade empírica.

Nesse sentido, entende-se que a presente pesquisa utiliza o método qualitativo, uma vez que se realizou entrevistas semiestruturadas com alunos PcD cotistas, e quantitativo, considerando que foi elaborado um questionário fechado que foi encaminhado a IFES com questões que abordaram temas sobre o cumprimento das legislações objeto do presente estudo.

3.2. População e amostragem

A população da pesquisa é composta por alunos PcD cotistas que estudam ou já estudaram nesta IFES. A entrevista foi realizada com gestores da IFES e com 5 alunos que foram divididos em perfis de acordo com o curso, tipo de deficiência e gênero. Buscou-se entrevistar alunos que possuíssem diferentes tipos de condição, para que a pesquisa englobasse um maior espectro de experiências e se tornasse mais fiel possível a realidade desses alunos.

Aluna “A”	
Gênero	Feminino
Curso	Nutrição
Deficiência	Física

Aluna “B”	
Gênero	Feminino
Curso	Direito
Deficiência	Visual

Aluna “C”	
Gênero	Feminino
Curso	GPP
Deficiência	Física

Aluno “D”	
Gênero	Masculino
Curso	Medicina
Deficiência	Física

Entrevistado “E”	
Gênero	Masculino
Curso	Educação Física
Deficiência	Auditiva

Além dos alunos, foi realizada entrevista semiestruturada com uma gestora que trata do tema na IFES.

3.3. Procedimentos de coleta dos dados da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de dados do questionário, entrevistas semiestruturadas com os estudantes PcD da IFES, entrevistas semiestruturadas com a gestora responsável pela DACES e pesquisas documentais.

O questionário foi utilizado como um método de coleta de dados, de forma primária, sendo esse questionário aplicado a IFES e enviado por Fala.BR, Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal, em forma de Lei de Acesso à Informação (LAI), por esse instrumento público envia-se pedidos de acesso à informação e manifestações à órgãos públicos, esse questionário contou com questões que buscassem responder o segundo objetivo da pesquisa.

O outro método de coleta de dados foram as entrevistas, sendo elas semiestruturadas e aplicadas aos alunos PcD da IFES e a diretoria responsável por promover a acessibilidade na IFES sendo essas entrevistas descritas no Apêndice “A” e “B” desta pesquisa.

Em relação à pesquisa documental Creswell (2010) destaca que os documentos possuem evidências escritas que economizam tempo e gastos ao pesquisador para transcrevê-los, além de oportunizar o acesso a informações que já passaram pelo processo de compilação e refinamento, representando dados fundamentados. Este estudo considerou documentos públicos internos e externos, tais como: Leis, resoluções, decretos e relatórios publicados pela IFES, das quais foram obtidos de forma primária.

3.4. Procedimentos de análise dos dados

Após aplicado o questionário e a entrevista, inicia-se a análise dos dados, que de acordo com Lüdke (1986) é trabalhar aquilo que foi obtido durante a pesquisa, ou seja, esses dados serão utilizados da melhor forma para responder à pergunta de pesquisa. Os resultados provenientes do questionário foram estruturados e dispostos de modo a buscar dar resposta aos objetivos da pesquisa.

Na entrevista foi utilizado a Análise de Conteúdo como forma de pensamento, entende-se, tal análise, como "um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados" (BARDIN, 2011, p. 15). Segundo Bardin (2011, p. 125), a Análise de Conteúdo apresenta diferentes fases de análise, a saber: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Ela consiste em uma técnica de análise, utilizada para

produzir inferências, a partir de materiais textuais para seu contexto social, de forma objetivada (BAUER, 2015, p. 191). Resumidamente, os dados serão concentrados para se poder tirar uma conclusão fundamentada na maioria das respostas recebidas.

A Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011, p. 50), “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”.

3.5. Verbas para promover a acessibilidade na IFES

O recurso destinado a integração e acessibilidade dos alunos com deficiência é administrado em parte pela DACES que são recursos provenientes do Programa Incluir e da Ação 4002 que trata acessibilidade da educação superior, esses recursos são destinados para Programas de Tutoria para Acessibilidade (PTA), Auxílio de Tecnologia Assistiva, Produção de Materiais Acessíveis e contratação de letores e transcritores. A Ação 4002 tem como objetivo:

“Apoio financeiro a ações de assistência estudantil que contribuam para a democratização do ensino superior, a partir da implementação de medidas voltadas à redução das desigualdades sociais e étnico-raciais, à acessibilidade de portadores de deficiência, à melhoria do desempenho acadêmico e à ampliação das taxas de acesso e permanência na educação superior, destinadas prioritariamente a estudantes de baixa renda ou oriundos da rede pública de educação básica, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais e estaduais de ensino superior, inclusive estrangeiro, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal, por meio do fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil.” (Ministério da Educação - MEC, 2019)

Enquanto a Ação 4002 engloba diversos grupos, o Programa Incluir se tem principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (MEC, 2018).

O PTA tem como objetivo contribuir na eliminação de barreiras que impedem o processo de aprendizagem e a participação na vida universitária dos estudantes que são públicos da Política de Acessibilidade da IFES. O Auxílio de Tecnologia Assistiva consiste no pagamento de uma quantia previamente definida, para aquisição ou manutenção e atualização

de um ou mais equipamentos de tecnologia assistiva. A produção de materiais acessíveis tem como objetivo contribuir para a promoção de condições equitativas de aprendizagem e participação no contexto universitário, por meio da oferta de materiais nos formatos ampliado, braille, áudio e formato digital acessível, sob demanda do estudante cadastrado na DACES/DAC. E os leitores e transcritores para a promoverem acessibilidade junto aos estudantes cadastrados e atendidos pela DACES/DAC, a destacar estudantes com deficiência visual, deficiência intelectual, autismo, déficit de atenção ou dislexia.

Em relação à infraestrutura o órgão responsável é a Secretaria de Infraestrutura (INFRA) que é auxiliar da Reitoria da IFES, responsável, em termos gerais, por manter, melhorar e ampliar a infraestrutura física destinada ao funcionamento acadêmico e administrativo da IFES, abrangendo o planejamento, a produção, a destinação e a manutenção de edificações, equipamentos e redes urbanas, com sustentabilidade e respeito à concepção original da IFES.

3.6. Cotas e sua implementação no sistema federal de ensino superior

A pesquisa concentra-se essencialmente nos alunos PcD contemplados pelo sistema de cotas, esse sistema se tem um contexto mais amplo, Sarmiento (2013) cita que:

“A política de cotas tem se expandido numa velocidade impressionante. E não é apenas no setor educacional; agora as fronteiras foram ampliadas para concursos públicos. São leis federais e estaduais que reservam vagas a grupos étnicos e segmentos sociais, historicamente discriminados no Brasil. Recentemente foi editada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que reservou 50% das vagas em universidades e escolas técnicas federais para negros, pardos e índios, metade das quais destinadas aos egressos de famílias com renda mensal inferior a 1,5 salários-mínimos mensais. Em todos os níveis o processo de produção legislativa caminha nesse sentido” (SARMENTO, 2013, s/p).

As vagas reservadas para as pessoas com deficiência que entraram pela política de cotas em 2012 enumeraram uma parcela mínima que se dividia junto aos outros grupos. Todavia em 2016, uma extensão da lei de cotas nº 12.711 – Lei 13.409 – que incluiu as pessoas com deficiência com objetivo de reservar número de vagas igual aos demais:

“Art 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na

população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.” (BRASIL, 2016)

A avaliação biopsicossocial é uma das etapas de ingresso, da qual o candidato será analisado por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade da banca do edital, é formada por seis profissionais, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, do art.4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, e suas alterações, do § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012 e da Lei nº 14.126/2021, legislações essas que:

Quadro 1 - Legislações que são guias para avaliação biopsicossocial.

<p>Art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015</p>	<p>Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas</p>
<p>Art. 4º do Decreto nº 3.298/1999</p>	<p>É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:</p> <p>I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;</p> <p>II - Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;</p> <p>III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;</p> <p>IV - Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:</p> <p>a) comunicação;</p> <p>b) cuidado pessoal;</p> <p>c) habilidades sociais;</p>

	<p>d) utilização dos recursos da comunidade;</p> <p>e) saúde e segurança;</p> <p>f) habilidades acadêmicas;</p> <p>g) lazer; e</p> <p>h) trabalho;</p> <p>V - Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.</p>
<p>§1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012</p>	<p>Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.</p> <p>§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:</p> <p>I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;</p> <p>II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.</p>
<p>Lei nº 14.126/2021</p>	<p>Art. 1º Fica a visão monocular classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais.</p> <p>Parágrafo único. O previsto no § 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aplica-se à visão monocular, conforme o disposto no caput deste artigo.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Fonte: Produzido pelo autor em novembro, 2023.

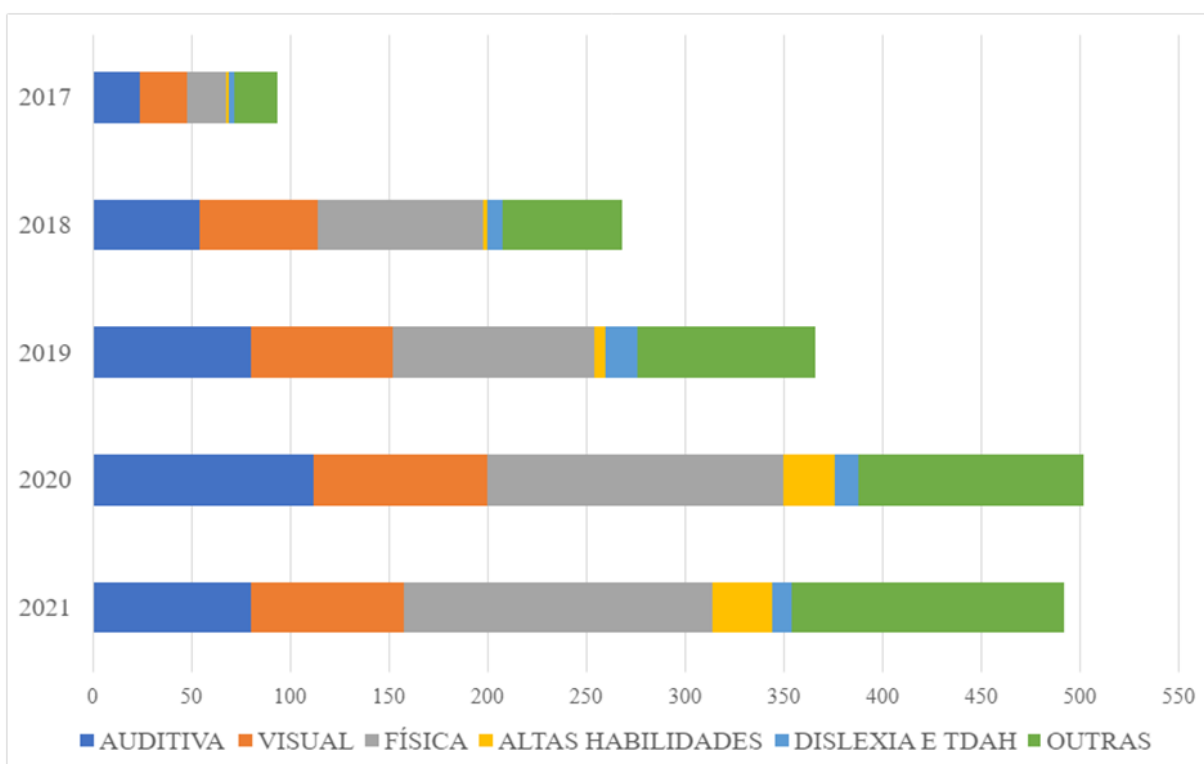
4. RESULTADOS E ANÁLISES

Nessa seção será apresentado o conteúdo analítico da pesquisa. Esses dados serão divididos e agrupados em tabelas e quadros para uma melhor compreensão dos números. Após isso, o pesquisador fará inferências sobre o resultado obtido, buscando pontos que respondem ou ajudem a responder os objetivos da presente pesquisa.

4.1. Quantitativo total de alunos PcD cotistas na IFES durante o período de 2017 a 2021

Em relação ao segundo objetivo da pesquisa, elaborou-se o Gráfico 1 para uma melhor visualização e análise.

Gráfico 1 - Alunos PcD matriculados na IFES por tipo de deficiência.



Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO.

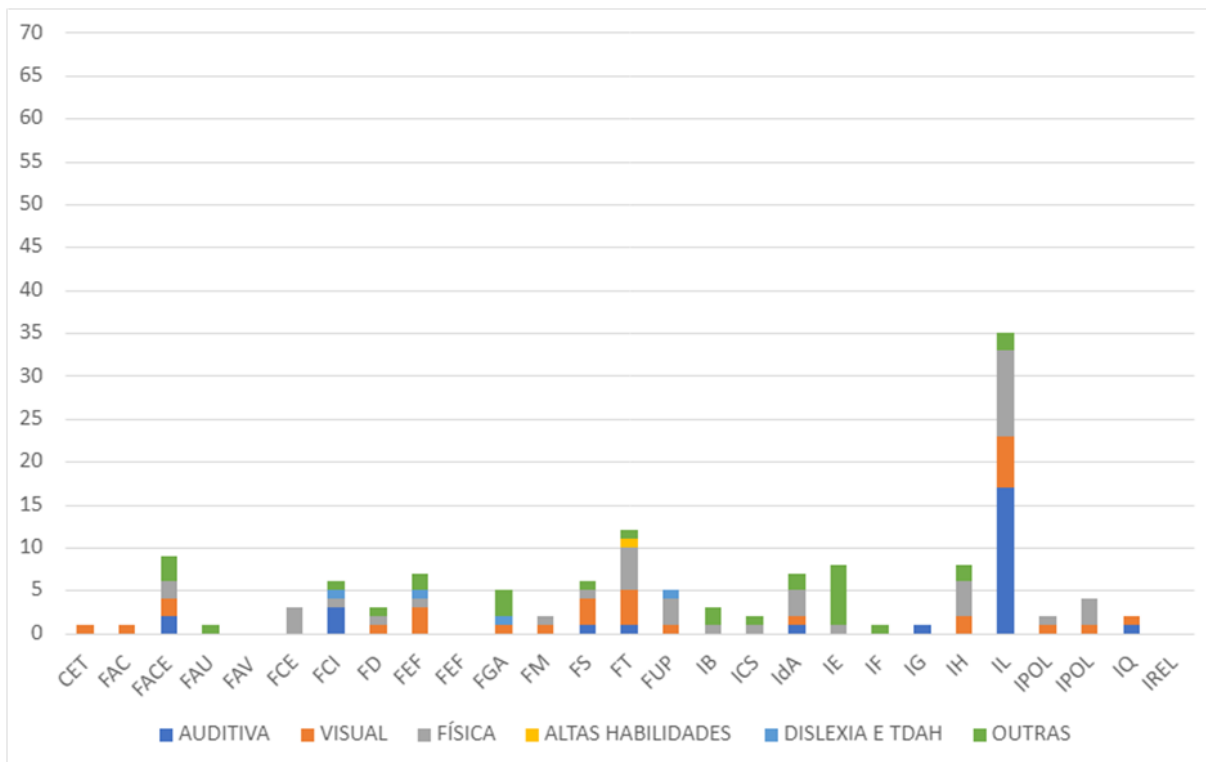
Observa-se que o número de alunos cresceu de forma significativa nesse período de tempo, esse fato pode decorrer da Lei Nº 13.409, que foi sancionada no final de 2016 e como já citada no item 2.3.3 reservou vagas em proporcionalidade à população apontada pelo último censo do IBGE na unidade da Federação em que a instituição de ensino se localiza.

Observa-se também o alto quantitativo de alunos que possuem deficiência física, da qual demandaria uma maior atenção a acessibilidade no quesito arquitetônico, ou seja, rampas, elevadores, corrimões, banheiros adaptados.

Quando se fala de outras deficiências se trata do autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e deficiência múltipla que seria o conjunto de duas ou mais deficiências associadas.

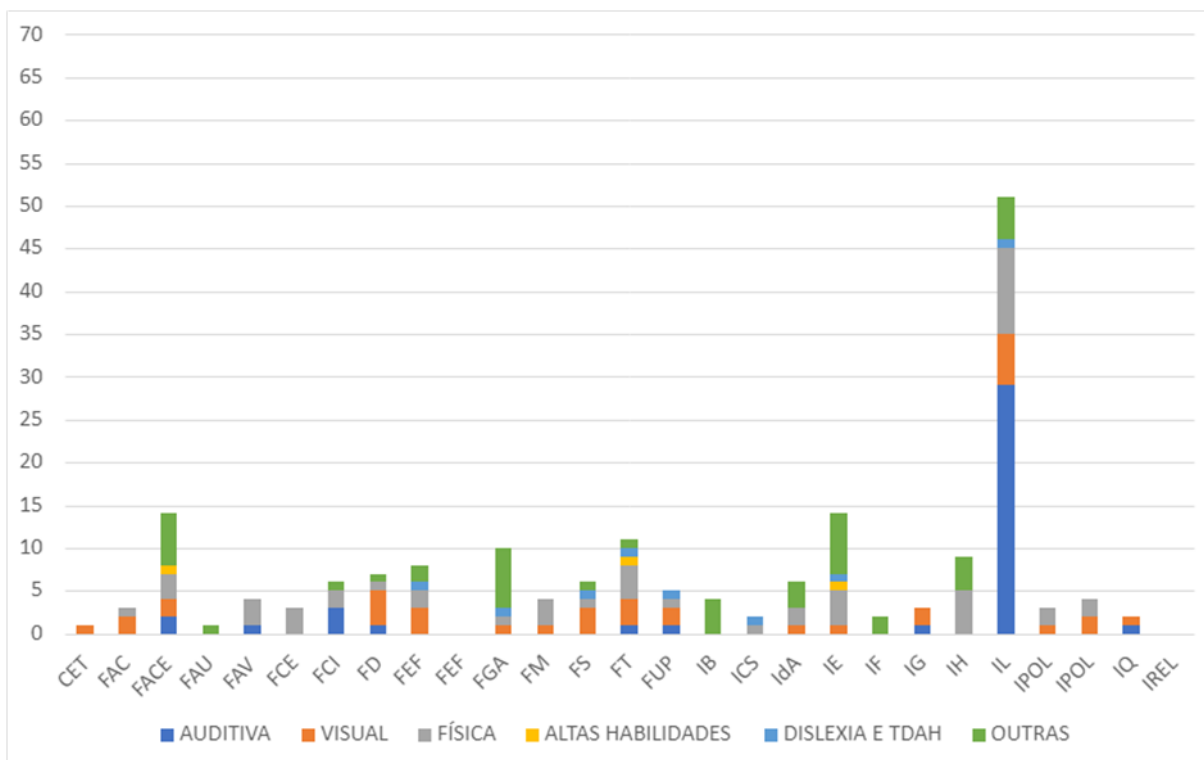
Quando se subdivide a IFES em unidades acadêmicas, observa-se uma visão mais particular em relação à qual faculdade e curso estão recebendo mais alunos com deficiência. Os gráficos 2,3,4 e 5 dão uma visão mais aprofundada.

Gráfico 2 - Alunos por deficiência e unidades acadêmicas - 2018.



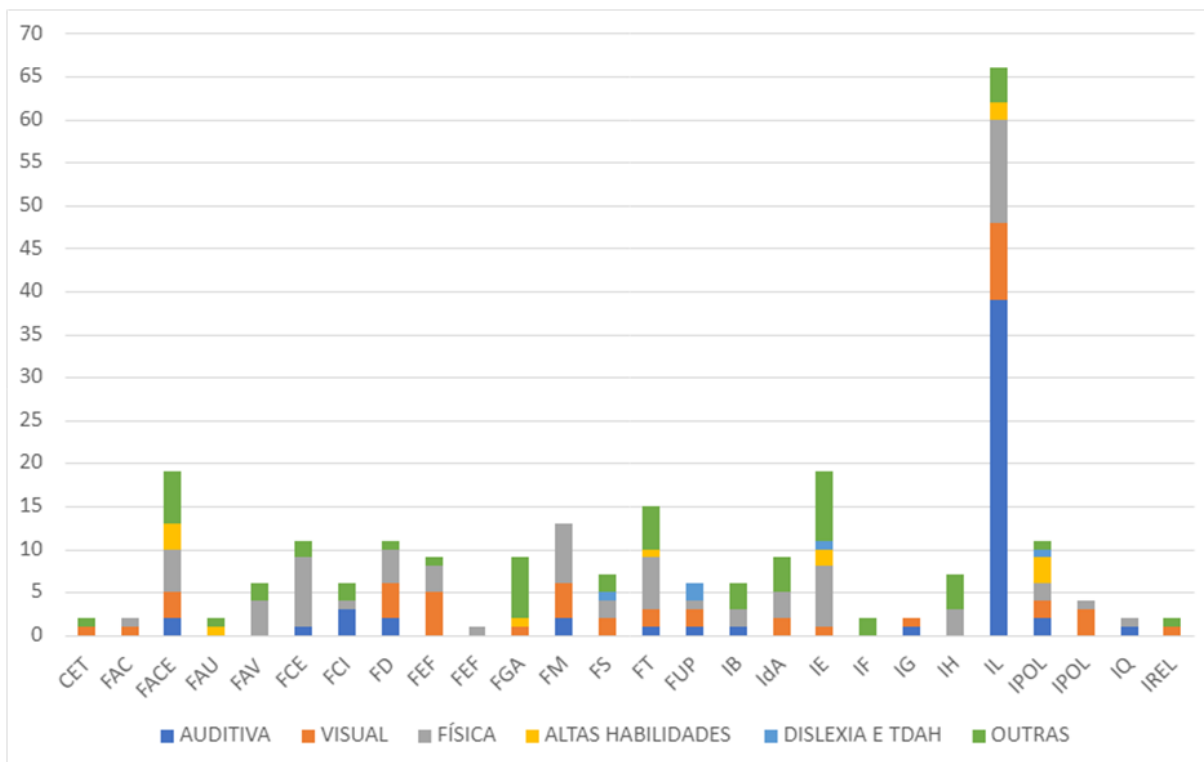
Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO.

Gráfico 3 - Alunos por deficiência e unidades acadêmicas - 2019.



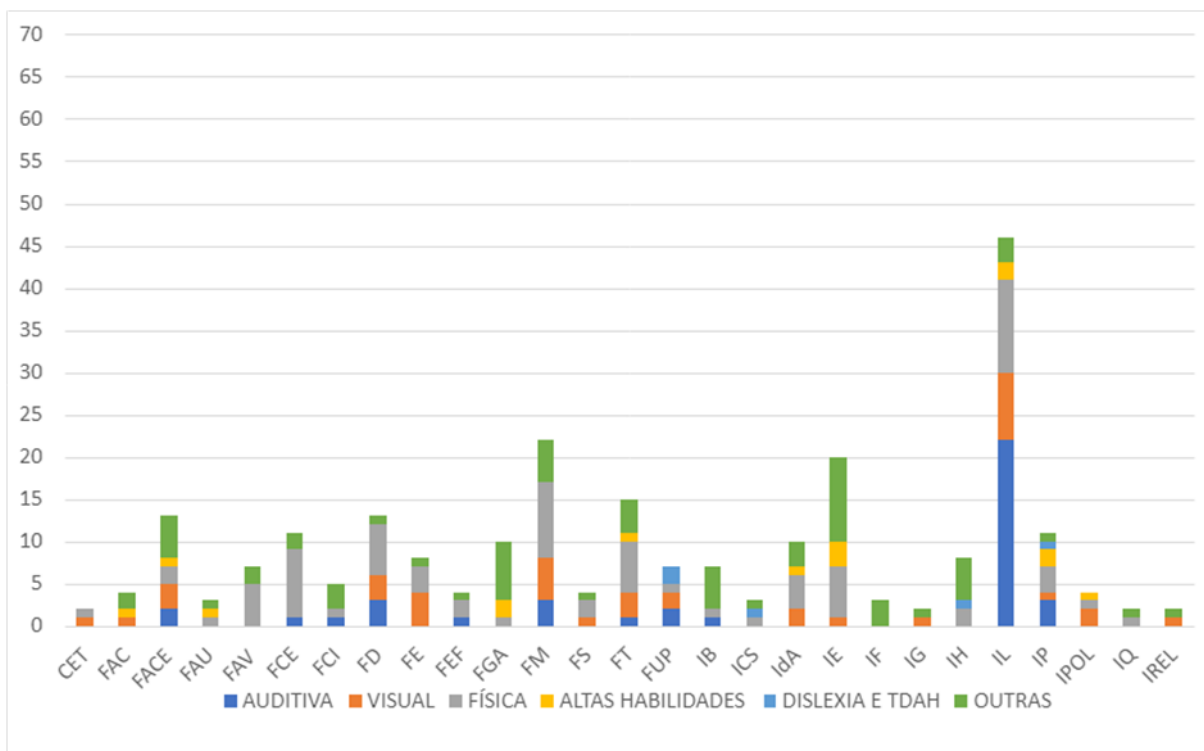
Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO.

Gráfico 4 - Alunos por deficiência e unidades acadêmicas - 2020.



Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO.

Gráfico 5 - Alunos por deficiência e unidades acadêmicas - 2021.



Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO.

A crescente no ingresso dos alunos com deficiência na IFES é muito notável, se destacando o Instituto de Letras (IL), que abriga uma grande parte desses estudantes, principalmente os que possuem deficiência auditiva que na maior parte dos casos fazem o curso de Língua de Sinais Brasileira/Português Como Segunda Língua (LSB/PSL). O curso de LSB/PSL possui mais alunos com deficiência, pois a IFES realiza um vestibular específico para esse público. O curso se compõe de estudantes surdos ou com deficiência auditiva e de não surdos, que pretendem atuar na área da educação bilíngue de estudantes surdos ou com deficiência auditiva e de não surdos que se interessam por essa formação especializada.

Outro ponto muito importante a observar-se é o crescimento distribuído desses alunos na IFES, todas as unidades acadêmicas possuem um aluno com deficiência, se observar de 2017 a 2021 é visto um crescimento gradativo e a maioria das unidades acadêmicas possuem alunos com deficiência.

4.2. Análise das entrevistas pela Análise de Conteúdo

Nos tópicos a seguir será feita a análise das entrevistas realizadas com os alunos com deficiência que ingressaram por cotas na IFES, utilizando como base o livro Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, apontando inferências observadas pelo pesquisador.

Através dos estudos das narrativas, pretende-se elucidar o modo como "determinadas ações são projetadas, executadas e retrospectivamente acessadas pelos indivíduos, e, ainda, compreender os motivos que os levaram a estas ações" (WELLER;ZARDO, 2013, p. 132).

4.2.1. Análise da entrevista da gestora responsável pelo departamento de acessibilidade da IFES

Primariamente observará a entrevista com a gestora responsável pela diretoria de acessibilidade. Quando questionado a função e missão da diretoria foi visto que ela promove as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo, baseado principalmente no princípio da equidade.

“Nós trabalhamos fundamentados no princípio da equidade e igualdade do respeito às diferenças, e também da educação inclusiva que eu diria que é o princípio pedagógico, que orienta todo o nosso trabalho. Então o nosso objetivo quanto à diretoria de acessibilidade é atuar na implementação do monitoramento e avaliação da política de acessibilidade da IFES que foi instituída pela resolução de 2019 e atua como núcleo de acessibilidade nos termos do Ministério da Educação. Nós temos um Decreto nº 7.611 de 2011 que vai apresentar o núcleo de acessibilidade como estrutura que vai ofertar recursos e serviços acessibilidade para os estudantes com deficiência, autismo, altas habilidades e superdotação nas instituições de educação superior. Então esse é o nosso objetivo, eliminar as barreiras que impedem a participação e aprendizagem dos estudantes que têm deficiência, então o nosso trabalho é orientado por este objetivo, que se articula com a nossa missão, vou dizer assim que é promover a acessibilidade para os estudantes da IFES, estudantes docentes e técnicos porque a nossa política não focaliza só no estudante, mas com o tempo também a comunidade acadêmica como um todo, e orientados também por esses princípios, da educação inclusiva, do anti-capacitismo, do respeito à diferença, da equidade porque nós entendemos que são princípios fundamentais para que as pessoas com deficiência efetivamente não tenham só o acesso à universidade, mas tenham condições efetivas de ensino.” (GESTOR)

Um ponto muito importante para a pesquisa são os mecanismos de acessibilidade e permanência que a IFES fornece para esses estudantes que ingressam, a mesma aponta que muitos estudantes que ingressam com cota de baixa renda não possui muitos mecanismos tecnológicos que ajudem os mesmos a se manterem na IFES.

“A Diretoria de Desenvolvimento Social que vai executar a política de assistência estudantil que é focalizado em estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, o que acontece que muitas vezes a deficiência e a vulnerabilidade socioeconômica se encontram na mesma pessoa, nesse caso a gente precisa intensificar essa estratégia de apoio para que essas pessoas permaneçam. É diferente uma pessoa cega de uma família de classe média alta que chega na universidade com seus recursos e tecnologia assistiva próprias que já tem certa autonomia e independência [...], se você for comparar com um jovem periférico, de baixa renda que chega na universidade sem nenhum recurso e tecnologia assistiva que depende do transporte público e etc. Então isso a gente precisa considerar porque essas variáveis interseccionadas podem potencializar a evasão, né? Por isso que a gente precisa caminhar junto com outras ações outras políticas da mesma forma a saúde mental, alimentação então a base tem que trabalhar de forma articulada, diretorias com as coordenações de graduação e de pós-graduação e com os professores, esse é o nosso objetivo, é compor essa rede de permanência porque também só acessibilidade é não vai dar conta, só a DACES não vai dar conta, mas aqui do ponto de vista do nosso trabalho a gente executa o recurso incluir por meio de editais de tecnologia assistiva, projeto de produção de material acessível, projeto de tutoria que é o grande problema nosso, projeto para leitores e transcritores, então a gente tem duas formas de execução benefício direto por estudante cadastrado aqui e benefício indireto que é o que as composições de equipe de apoio, por exemplo o leitor e transcritor, produção de material, então são benefícios indiretos, o aluno da DACES não recebe o recurso, recebe o material.” (GESTOR)

Ressalta-se que a DACES desde sua criação em 2019, vem ampliando a sua cobertura, aumentando a quantidade de editais para fornecer auxílio a cada vez mais estudantes.

Quando se questionou a articulação que a diretoria teria com outros órgãos, para promover a acessibilidade, foi visto que vem crescendo muito e o que atrapalha mais uma melhor articulação seria o capacitismo enfrentado, da qual os gestores presentes precisam entender que não estão fazendo um favor para ninguém e sim um direito desses estudantes.

“Essa articulação tem avançado muito, mas que o mesmo preconceito que a gente tem na sociedade em relação às pessoas com deficiência e o capacitismo e aos serviços que são disponibilizados para ela, a gente encontra também no interior das instituições então muitas vezes a gente precisa convencer o que já é de direito estabelecido, né? Então esse é um processo que a gente identificou que a gente precisaria mudar a nossa postura. [...] Então a gente tem feito esse trabalho, a gente dialoga em todas as ocasiões que a gente vai em todas as representações que a gente tem, a gente tá falando sobre acessibilidade, a gente tá defendendo os direitos das

“pessoas com deficiência. Então a gente tem assento na câmara de ensino de gravação hoje todos os projetos pedagógicos e cursos de graduação que estão sendo reformulados e avaliados pelo MEC tem acessibilidade contemplada.”
(GESTOR)

No momento que se perguntou sobre a evasão desses alunos e o que poderia explicar e justificar, observa-se que a diretoria cria uma rede de apoio e que essa rede evita muito a evasão, pois ela disponibiliza os apoios que a diretoria dispõe que são programas de tutoria para acessibilidade, auxílio de tecnologia assistiva, produção de materiais acessíveis e contratação de leitores e transcritores, assim tornando a vida acadêmica desses estudantes o mais próximo da realidade de um estudante sem deficiência. Um importante ponto que foi observado é a questão da saúde mental desses estudantes, da qual vai ser citada por eles mais à frente.

“Olha a gente tem situações que desligamento por diversos motivos, muitas vezes é a própria falta de acesso à universidade de alunos que moram distante e que não tenha transporte acessível para chegar até aqui, outros que precisam trabalhar para auxiliar suas famílias e outros que por condições de saúde mesmo tem impedimentos mais significativos, tem a questão de saúde mental. O que a gente identifica é que quanto antes a diretoria chega na vida desse aluno, a gente consegue evitar evasão, a gente consegue diminuir a evasão. Então essa rede de apoio ela precisa funcionar, porque sem essa rede de apoio esse aluno constrói uma trajetória muito solitária e de sofrimento, porque às vezes a falta de apoio, de acessibilidade, de compreensão, gera um tal nível de sofrimento psicológico e psíquico que isso se cria que isso se torna uma barreira coluna também, né? Então nesse sentido que a gente tem atuado junto com as outras diretorias também para garantir condições e permanência para esses estudantes. Fácil não é, porque a gente tem por exemplo estudantes com deficiência indígena que precisam se deslocar dos seus grupos para vir para cá, a questão da zona rural, então assim são múltiplas as cidades e cada uma vai demandar de uma ação específica.”
(GESTOR)

Da entrevista com a gestora responsável foi inferido diversos pontos, a DACES está trabalhando para tornar a vida desses estudantes em equidade, ou seja, dar a eles o que eles precisam para que tenham acesso às mesmas oportunidades. Então busca-se cada vez mais a inserção dessas pessoas em todas as áreas possíveis, acabando com o capacitismo e buscando sempre a equidade.

“Conseguir transversalizar ou se inserir, nas diferentes áreas de informação melhor, e um ponto que eu já destaquei, mas que eu vou afirmar, é de que acessibilidade ela não se faz por um setor ou por um grupo de pessoas, ela se faz pelo coletivo de uma instituição e pelo coletivo da comunidade universitária, porque a acessibilidade não é só a rampa, é mudança de atitudes e esse é o grande desafio que a gente tem.” (GESTOR)

4.2.2. Análise das entrevistas com os alunos PcD cotistas

Com vistas a complementar esta análise inicial, fez-se, ainda, o uso da versão mais recente do *software* Rstudio, para a obtenção da lista de frequência de palavras e de sua respectiva nuvem ilustrativa. Tal procedimento se mostrou bastante útil, para colocar em destaque as palavras mais repetidas nas respostas dos entrevistados, sendo as maiores, as mais citadas pelos entrevistados.

Figura 01 – Nuvem de Palavras de todos os entrevistados.



Fonte: Do autor, a partir do Software Rstudio.

- a) Fatores de escolha do curso: É possível observar na Figura 01, o capacitismo como uma das principais falas dos entrevistados em relação às perguntas dispostas no Apêndice “A”, esse ponto foi observado em diversas partes das entrevistas, porém a maioria dos alunos tem uma história capacitista por trás da escolha do seu curso. A aluna “A” destaca que sua trajetória até chegar no seu curso foi adiada muito pela questão capacitista:

"Eu tenho um fator quanto a isso, mas é mais negativo. É um fator de pelo tempo que eu demorei para fazer esse curso na IFES, que foi e se encaixa nessa questão de inclusão, justamente porque eu me perguntava muito como que eu ia medir as pessoas, né? E aí, por muito tempo, eu ficava tipo, nossa, mas como que eu vou tirar uma estatura de uma pessoa e tudo mais? Isso

demorou muito pra eu cair na real que eu poderia ser nutricionista, mesmo tendo isso contra [...]” (Entrevista A)

Este trecho é bem relevante para entender como funciona o preconceito que esses alunos passam, da qual a sociedade impôs um certo padrão de altura para ela exercer determinada função, assim adiando e muitas vezes fazendo com que a pessoa desista do próprio sonho. Esse capacitismo é recorrente na vida desses alunos, outra entrevistada destaca uma situação que viveu no seu período infantil, da qual fez com que ela desejasse o curso de direito:

“Eu quero fazer direito desde os meus 5 anos de idade, e foi justamente por preconceito e discriminação. Eu fui passar para uma escola que era a mais popular da cidade, então todos os pais e as próprias crianças queriam estudar nessa escola e pela lei, eu tinha direito a estudar nessa escola porque ela era escola mais próxima de mim, porém a diretora da escola falou que não ia aceitar minha matrícula porque a escola dela não estava preparada para lidar com uma pessoa com deficiência. Minha mãe foi atrás de um promotor e ele falou para ela assim, olha, você tem direito, mas se eu fosse você, eu não processava porque a diretora vai recorrer e a sua filha vai acabar perdendo o ano. Vendo a minha mãe naquela época chorar, eu cheguei a perguntar para ela, mãe, quem é que manda mais nas leis brasileiras é um promotor ou é um juiz? Ela falou que era o juiz quem toma as decisões. Eu falei, vou ser juíza quando eu crescer, porque eu quero que nenhuma outra pessoa com deficiência passe por esse processo de ter um direito negado.” (Entrevistado B)

Além do capacitismo observado, foi reparado a ineficiência do governo em tratar uma situação da qual a pessoa teria o direito. Desde muito cedo, essas pessoas passam por isso por conta disso muitos desenvolvem um desejo de transformar cada vez mais a área de trabalho que vão atuar, como foi citado por outro aluno:

“O fator que me fez escolher medicina foi pelo jeito que as pessoas me tratavam quando eu ia ao hospital” (Entrevistado D)

- b) Ingresso e sistema de cotas: Em relação ao ingresso e sistema de cotas, foi obtido respostas relacionadas, da qual a maioria salientou o pouco quantitativo de vagas para essa modalidade e a alta taxa de concorrência. Como é observado neste trecho:

"Eu entrei pelo Enem, eu achei mais difícil, principalmente com essa questão de vaga para PCD. Porque é só uma vaga, e querendo ou não, é muito concorrido. Eu acho que tem que ser reformulado assim, pela questão, para

aumentar, até porque eu acho que existe muita pessoa com deficiência e pouco lugar para elas ainda assim [...]" (Entrevistado A)

Como citado, o pouco quantitativo de vagas para essa modalidade causa uma diminuição desses alunos na universidade, e uma disputa muito grande pelas vagas desta modalidade. Outra aluna cita um certo apoio no ato de ingresso, porém volta a frisar a pouca quantidade de vagas para os alunos com deficiência:

“Você faz o Enem, pega a nota de lá, mas tem que passar pela entrevista biopsicossocial, então eles fazem uma entrevista com você, perguntando tudo o que você precisa para o seu processo de graduação. Você fala todas as suas dificuldades, então até aí você realmente passa por um processo de inclusão, porque a universidade realmente parece preocupada com o que ela pode fazer com que ela possa contribuir para o seu processo ser tranquilo. Eles enviam e-mail para a faculdade para receber você, para se prepararem. Em relação ao sistema de cotas eu tive muito preconceito, mas assim sinceramente para pessoas com deficiência, nós temos poucas vagas, porque comigo mesmo no meu processo tinham 6 pessoas concorrendo e só tinha uma vaga, então acaba que muitas vezes, os outros grupos, eles não têm nenhuma pessoa com deficiência escrita. Seria um caso de remanejar essas cotas, porque acaba que elas não são preenchidas essas vagas e tem pessoas na lista de espera. O sistema de cotas é um sistema extremamente necessário pela sociedade que a gente vive. Nós sabemos que a educação é desigual. Não só na parte privada e pública, mas também para a própria pessoa com deficiência está concorrendo com as outras pessoas que acaba que você não consegue ter acesso a determinados tipos de questões” (Entrevistado B)

“Por conta do bullying com a deficiência no começo do semestre foi difícil, mas sou muito grato ao intérprete, está lutando para parar o preconceito” (Entrevistado E)

O sistema de cotas é muito importante para a inserção e equidade desses alunos em todas as áreas, pois como foi observado, ele busca diminuir a lacuna que existe entre os estudantes sem deficiência. Em outros trechos também foi visto a problemática da avaliação biopsicossocial, conforme se verifica na fala da gestora.

“Uma das questões que nós temos muito sensíveis, eu vou usar essa palavra, é a avaliação da deficiência que é feita na avaliação biopsicossocial, porque ainda está pautado no modelo médico que é um decreto de 1999 que tenha apoiado e hoje a gente tem a Lei Brasileira de Inclusão que fala que a avaliação tem que ser biopsicossocial, então tem estudantes que não passam

por essa banca biopsicossocial, que tem esse nome mas na prática é médica, e que eles judicializam para conseguir entrar na universidade, então várias pessoas vários alunos entram via judicialização tá? Mas essa é uma questão de todas as universidades, porque nós não temos uma um instrumento de avaliação nacional da deficiência aprovado, a gente tem um grupo de trabalho que está desenvolvendo nesse sentido nesse momento, mas a disputa é muito grande entre os grupos que vão por assim dizer utilizar esse direito da avaliação do psicossocial entre a própria, entre os próprios peritos que vão realizar, porque não é só o olhar do médico que vai definir, mas tem que ter outros profissionais, A avaliação tem que ser interdisciplinar e multiprofissional [...]” (GESTOR)

Vendo esse ponto da parte biopsicossocial observa-se que, não há um consenso geral para a definição do que seria ou não a deficiência cabível de cotas, portanto seria uma parte subjetiva desse sistema, como cita um entrevistado:

“Em relação ao sistema de cotas acho que o sistema é bom, porém falho eu acho que ele sempre vai ser porque se é julgado por pessoas, mas ele é justo, na minha opinião, ele ajuda, mas eu acho que deveria ter mais vagas. Foi mais difícil que o normal eu diria.” (D)

- c) Permanência: Em relação a permanência na IFES, obtém-se várias respostas relacionadas a diversos aspectos, mas como cita uma entrevistada que fala que a permanência está condicionada a acessibilidade.

“A permanência da pessoa com deficiência está muito condicionada à acessibilidade que você encontra na universidade e eu acredito que o que realmente dificulta são as barreiras que ela encontra, a gente não fala só de barreira arquitetônica, a gente fala da barreira humana que é a atitudinal. Porque se você for para a universidade, igual eu vou pensando, o que que eu vou ter que derrubar hoje? Qual é o tipo de capacitismo que pode acontecer?... Nunca pensei em abandonar o curso, porque direito é meu sonho, mas a universidade sim, por que chega num determinado momento que você pensa por que que eu tenho que ficar passando por isso? Eu tenho 60 colegas de classe, nenhum dos meus 59 colegas de classe estão passando por isso.” (Entrevistado B)

É importante salientar a assistência psicológica que esses alunos precisam ter, pois diariamente passam por esse estresse de pensar o que pode acontecer a caminho ou na própria instituição, desde o capacitismo, falta de acessibilidade, tal como urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, atitudinais, entre outras. Outros entrevistados citam que um dos motivos para a permanência é o apoio que a IFES oferece através dos auxílios que a mesma dispõe para esses alunos.

“Os auxílios da DDS e da DACES ajudaram muito na minha permanência.”
(Entrevistado C)

A locomoção externa até a IFES é primordial para esses estudantes e foi alvo de críticas, principalmente relacionada a desistência do curso, ponto esse que é citado no Art.13 d N° 0050/2019, que cita que a Administração Superior promoverá o diálogo com o órgão fiscalizador do sistema de transporte público do governo, com o objetivo de garantir a acessibilidade nas linhas de ônibus do trajeto para a IFES (CAD N° 0050/2019).

Esse Art.13, de acordo com as entrevistas não vem sendo cumprido com êxito, observando a totalidade dos alunos obtendo problemas com o transporte até a IFES

"A locomoção é um dos maiores fatores para eu desistir hoje da universidade. É muito ruim o transporte e também a questão dos 110, ainda perde um tempo maior no 110. Uma das minhas maiores queixas da vida, a catraca para pegar o 110, que ela é muito alta. Meu passe estudantil já foi bloqueado umas 3 vezes, porque tinham pessoas atrás de mim, tirava uma foto da pessoa que estava atrás de mim, mas não de mim" (Entrevistado A)

A entrevistada “B”, cita a dificuldade de chegar à IFES e faz uma comparação com outra cidade que morou por um tempo, mostrando o quão retrógrado a capital do Brasil está.

“Você entra no ônibus, mas você não vai saber onde você vai parar, porque o que você não sabe qual é a parada que está passando o ônibus, ele não para em todas as paradas, então muitas vezes ele passa direto porque não tem ninguém para descer, não vai ninguém subir e não tem como contar os pontos, então assim é extremamente complicado. Em Uberlândia eles têm alto-falantes e eles falam, por exemplo, próximo estação X, igual o metrô.”
(Entrevistado B)

No caso da locomoção interna, uma entrevistada cita que é mais acessível devido ao apoio que a DACES oferece às pessoas com deficiência na IFES, porém é informado que

às vezes ela tem que esperar pela alta demanda enfrentada. Também foi visto que esse apoio é apenas para o período matutino e vespertino, deixando os estudantes do período noturno desamparados. Outro ponto importante é a iluminação, muitos pontos da IFES possuem iluminação ruim no período noturno, dificultando a visibilidade e possibilitando possíveis acidentes.

“Minha locomoção entre os prédios acaba sendo melhor, porque eu vou de carro, só que tem um carro só na DACES e tem muitos alunos, então muitas vezes você tem que esperar um pouco para poder ir, porque está locomovendo todos os alunos. Porque eu tenho aula no ICC Sul 9h50 e 10h eu tenho aula na faculdade de direito, mas assim pra chegar lá, eu indo de bengala com aquele ICC é horrível. principalmente nessa área que tem muita gente, e eles ficam exatamente em cima do piso tátil [...]” (Entrevistado B)

“A locomoção até a IFES é horrível, dentro da IFES minha locomoção é lenta. Creio que dar auxílio na locomoção no noturno, que só existe no diurno, seria uma boa maneira da IFES melhorar o atendimento aos alunos com deficiência.” (Entrevistado C)

- d) Estrutura interna e condições didática-pedagógicas: Em relação a estrutura interna que a IFES disponibiliza para esses alunos, alguns reclamam da falta de manutenção em lugares que disponibilizam da ferramenta, por exemplo, elevadores que não funcionam, pisos táteis que descolaram e foram recolhidos, calçadas que se desgastaram e não foram reformadas, entre outros problemas.

“No meu caso os maiores problemas internos da IFES são escadarias e falta de elevador. Na FS o elevador não funciona, basicamente você tem que usar a escada, não tem rampa. A rampa que tem só vai até o primeiro andar, né? O resto é escada. Tem elevador e na maioria das vezes, a pessoa fica presa lá dentro só de pensar nisso já nem cogita. Já fui ao subsolo da ICC algumas vezes, a maioria foi de escada, porque o elevador lá nem sei se existe, não existe a manutenção desses elevadores. Os laboratórios são bons, o problema é chegar até eles.” (Entrevistado D)

Para alunos que estudam determinadas áreas a utilização de laboratórios é essencial para uma boa formação deles, a entrevistada “A” cita que possui dificuldades ao utilizar esses equipamentos, da qual não possuem acessibilidade alguma.

"Em relação ao banheiro não tenho problema, está muito acessível e a sala de aula também. Minha queixa seria mais sobre os laboratórios mesmo, não são nada acessíveis." (Entrevistado A)

“O ICC é horrível, porque a parede é a linha guia da pessoa com deficiência, se não tem piso tátil, lá tem bebedouros que são eletrônicos entendo que tem que ficar lá, mas tem lixeira que eu não sei pra quê, além de uns alunos que pegam as mesas do centro acadêmico, levam para fora e se sentam na parede onde a pessoa com deficiência vai passar. No BSA Norte o único problema de lá é a falha do piso, não tem manutenção. Na faculdade de direito a gente não tem piso tátil, tenho que ir pra parede e o problema são que as portas de lá abrem pra fora, então, se você está na parede, você já tem que ir sabendo que pode ser que você encontre uma porta, tem que ir mais devagar, também tem um jardim comunitário, que tem uns banquinhos, só que entre os banquinhos, você tem uma falha, e nada que te avise, por um acaso você passa na falha, você vai cair lá embaixo com mais de 3 m de profundidade” (Entrevistado B)

Nesse ponto é observado que a falta de acessibilidade não só causa prejuízo a esse aluno, também causa um risco sério à saúde do aluno, a entrevistada cita uma falha que tem no seu local de aula, da qual não tem sinalização, podendo causar sérios riscos à integridade física dela.

Quando foi perguntado se a IFES proporciona condições didático-pedagógicas (Docentes preparados, livros, recursos tecnológicos...), obteve-se respostas diversas, sendo positivas e negativas.

“Não, já encontrei professores muito despreparados, tive experiências traumatizantes. Creio que deveria existir uma preparação de professores e dos funcionários que são muito capacitistas.” (Entrevistado C)

Novamente é visto que no interior da IFES se encontram muitos profissionais que não sabem lidar com esses estudantes, e que deveria haver uma certa preparação para que não ocorresse esse capacitismo que foi citado pela entrevistada.

“Eu creio que a UnB me proporciona as condições, porém específicas no meu caso não, porque até porque eu não tive a necessidade, mas acho que os professores estão preparados.” (Entrevistado D)

“A gente tem o departamento de acessibilidade, que vai poder te garantir toda acessibilidade no ingresso. Você encontra os professores que você fala 5678 vezes com eles que você precisa que eles precisam ditar, não ditam o quadro que eles vão escrevendo. Você encontra livros que os professores mandam imagens e você manda pro departamento, se eu não me engano, estão atendendo 700 pessoas, mas olha só, eu mandei texto para ele dia 30 de agosto e fui receber os primeiros agora, dia 21 de outubro, mais ou menos, assim acaba prejudicando o andamento e o desempenho da pessoa. E aí, você tem também a falta de aparelhos, no meu caso não tem notebook, estou esperando até hoje. Então não tem, eu acho que não tenho acessibilidade acadêmica.” (Entrevistado B)

Observa-se também a falta de preparo de profissionais que trabalham na IFES, mostrando que nesse ponto não existe a acessibilidade atitudinal que seria um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos que promovem a plena participação de pessoas com deficiência da vida em sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas

“Para mim a dificuldade está nos professores explicando direito, as vezes eu não consigo entender ou não conheço a palavra, sempre pergunto com ao intérprete, os alunos e professores sempre ajudaram muito para eu conseguir entender. O problema está nas atividades porque para a maioria dos surdos a dificuldade está na língua portuguesa, nós usamos primeira a língua de sinais brasileira -LIBRAS e outras foi ótimo” (Entrevistado E)

- e) Quais pontos a IFES tem que melhorar: Quando perguntado o que a IFES pode fazer para melhorar o atendimento e permanência desses alunos, o atendimento psicológico foi uma das principais respostas que se observou, além da inclusão deles em projetos de iniciação científica e facilitar a comunicação com a IFES.

"Oferecer recursos psicológicos, atendimento psicológico para saber como que ta a saúde mental dessas pessoas também" (Entrevistado A)

“A IFES pode melhorar o atendimento disponibilizando apoio psicológico para todos e melhorando a comunicação entre a gente, seja comunicação por e-mail de alguma forma, é um pouco falha porque às vezes você fica sabendo das coisas que você tem direito meio de orelhada, né? Você não fica sabendo oficialmente.” (Entrevistado D)

O entrevistado “D” cita que a comunicação entre esses alunos e a DACES é insatisfatório, pois o mesmo cita que recebe informações que iriam lhe ajudar através de outros alunos, e não através da própria diretoria.

“Creio que dentro da IFES deveria ter uma política de inclusão nas atividades acadêmicas por exemplo o PIBIC, centros acadêmicos [...]”
(Entrevistado C)

“Eu acredito que a melhor forma de você melhorar o atendimento à pessoa com deficiência, seja a força de vontade, acredito que as pessoas que estão naquela instituição, se elas tiverem, a força de vontade, a de aprender a como eu posso melhorar isso daqui e contribuir para que esse local ele fique mais acessível.” (Entrevistado B)

Nesse trecho a entrevistada “B” cita um ponto muito crucial para a inserção dessas pessoas, que seria a acessibilidade atitudinal, da qual o que realmente é importante para garantir a acessibilidade, a força de vontade. É importante ressaltar que nesse ponto também foi inferido a inserção das pessoas com deficiência na gestão, pois eles sabem da dificuldade que é um lugar que não possui acessibilidade.

- f) Como é ser um acadêmico com deficiência: Por fim foi feita uma pergunta mais subjetiva de como é ser um acadêmico com deficiência, é observado o capacitismo que a sociedade impõe sobre os alunos com deficiência, da qual os mesmos se cobram muito mais do que os alunos sem deficiência.

“É difícil, porque assim o tempo inteiro você tem que estar meio que provando. Não que eu já tenha tido que me provar isso na IFES, mas assim, o tempo inteiro você tem que estar provando que você é capaz, e pelo fato da sua deficiência acabam te olhando, tipo, assim não é capaz ou com dó, essas coisas. O tempo inteiro você tem que estar provando que você é capaz de estar ali, capaz de fazer as coisas, de conseguir certas coisas...” (Entrevistado A)

“Eu acredito que ser um acadêmico com deficiência é você entender que você é uma pessoa que já chegou muito longe por ter acessado aquele espaço, mas que você vai enfrentar uma luta extremamente intensa dia após dia, para poder mostrar para aquela população, para aquele ambiente que você tá ali e que você precisa que ele te enxergue, não pela sua deficiência, mas que ele enxergue que você precisa é de algum tipo de de auxílio, algum

tipo de de adaptação que ele vai ter que proporcionar. Então você enfrenta diversas dificuldades, mas eu acredito que não possa ter desistência, porque você vai ter que abrir o caminho para o próximo, se você desistir, o próximo desiste, e aí acabou a sociedade, ela vai voltar a ser aquela sociedade excludente, que via a deficiência antes da pessoa, porque até em 88, se não sei se você sabe, mas o deficiente, ele não era considerado uma pessoa, ele era um defeito.” (Entrevistado B)

“É muito complicado, tem que ter muita força de vontade. Existem muitas barreiras que impedem um melhor desenvolvimento acadêmico, por isso que falo que internamente deveria ter uma política maior de inclusão nas atividades acadêmicas. Mas a vida na academia é muito individualizada, então meio que cada um tem que correr atrás do seu.” (Entrevistado C)

“É um pouco como conviver em sociedade, é estranho ser diferente, mas você se acostuma. Porque as pessoas te olham e te julgam, mas você releva.” (Entrevistado D)

Força de vontade, não tem outras palavras para descrever o que seria ser um acadêmico com deficiência, é tocante observar as dificuldades que esses alunos passam e continuam caminhando, e que há um tempo eles eram considerados “defeitos”. Também é importante ver que a entrevistada “B” cita a questão de abrir portas para que outras pessoas como ela possam ter acesso cada vez mais.

Finalizando o tópico das entrevistas, observa-se que em um contexto geral há acessibilidade em algumas áreas, porém quando se observa em um aspecto geral muitos entrevistados citam a falta de acessibilidade, focando nas arquitetônicas, que são as mais visíveis, passando para as atitudinais, que seriam as pessoas que trabalham e frequentam aquele espaço que não incluem essas pessoas por algum motivo, demonstrando o capacitismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente, juventude e deficiência foram conceituadas a partir de uma perspectiva positivista, que tem associado a juventude a uma etapa cronológica da vida, sem considerar sua posição e seu papel na sociedade, e a deficiência como um fator restritivo para participação de jovens nos diversos contextos sociais (ZARDO, 2021).

A presente pesquisa teve origem na necessidade de compreender se a IFES está cumprindo a legislação para os estudantes que entraram por cota PcD na IFES. A partir desse objetivo chegou-se a algumas conclusões. A realização das entrevistas e o uso do método documentário foram essenciais para o processo de investigação que foi feito durante a pesquisa. As legislações que definem o ingresso e suporte dos alunos PcD nesta IFES se guiam pela última resolução que a IFES definiu, que seria a Resolução Do Conselho De Administração Nº 0050/2019, que institui a política de acessibilidade da IFES, da qual engloba diversas legislações de suporte e acessibilidade dos mesmos, durante a pesquisa documental para o referencial teórico foi definido quais são as legislações que definem o ingresso e suporte dos alunos, de forma a responder um dos objetivos da pesquisa.

Dessas legislações foi observado, mediante entrevista com a gestora responsável pelo departamento de acessibilidade, que a IFES tem tomado algumas medidas para garantir o cumprimento daquilo que está previsto em lei, porém eles recebem uma alta demanda de pedidos e conseqüentemente tem um tempo de espera para a conclusão dos pedidos. Também foi observado que essa diretoria possui cerca de 3 anos e está melhorando o suporte aos alunos com o tempo, aumentando o lugar na qual estão estabelecidos através de obras de infraestrutura, e aumentando os editais de auxílio de tecnologia assistiva, leitores e transcritores, programa de tutoria e para produção de materiais acessíveis, assim garantindo cada vez mais agilidade no processo de fornecer um intérprete ou garantir um equipamento tecnológico que ajudaria a vida acadêmica daquele estudante.

Durante a pesquisa foi notado que de 2017 até 2021 o quantitativo de alunos quintuplicou, esses dados mostram que a IFES precisa investir mais no que diz a acessibilidade desses alunos, assim podendo garantir estrutura adequada e profissionais que saibam lidar com os alunos.

Com a relação à acessibilidade, tal como urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na informação, atitudinais, tecnológicas, comunicativas, cada aluno apontou pontos da qual a IFES poderia melhorar e na maior parte dos casos o principal ponto citado foi as barreiras arquitetônicas e nos transportes, seja de casa a IFES, ou internamente. Os

apontamentos em relação às barreiras arquitetônicas tangem entre edifícios com rampas fora do padrão, falta de elevadores ou elevadores sem manutenção, escassez de banheiros adaptados, iluminação inapropriada, falta de laboratórios adaptados, calçadas quebradas, falta de pisos táteis, longa distâncias sem infraestrutura adequada, e a manutenção da IFES em si tem sido um empecilho para os estudantes andarem sozinhos e desenvolverem mais autonomia. Outro tópico abordado foi a comunicação entre os estudantes e a IFES, alguns alunos percebem que a comunicação entre eles é muito difícil e deveria ser facilitada de alguma forma. Dessa forma, inserindo-os em um contexto de integração, facilitando a troca de informações entre eles.

Quanto à jornada acadêmica dos alunos, a escolha do curso está fortemente ligada a uma situação evidenciada durante a formação, seja um caso de capacitismo ou um exemplo do qual deseja seguir. Além disso, ao longo do percurso acadêmico, tornou-se evidente a dificuldade de acesso a materiais acessíveis na universidade, uma vez que todos os estudantes, em algum momento, enfrentaram essa situação. Isso impõe desafios ao processo de inclusão, podendo influenciar negativamente na persistência e conclusão do curso superior. Foi evidenciado que em diversos casos os alunos recorreram a DACES, e esses pedidos foram atendidos, como no caso do aluno “E” que solicitou o intérprete durante suas aulas e foi atendido, conseguindo ter isso ao seu lado na questão da permanência.

É crucial ressaltar a relevância das políticas públicas nesse contexto, uma vez que seu objetivo primordial é concretizar os direitos das pessoas com deficiência. Dentro desse cenário, é imperativo não enxergar as pessoas com deficiência como beneficiárias de favores ou privilégios, mas sim assegurar que tenham seus direitos garantidos, equiparando-se a qualquer outra pessoa. Elas devem ter a oportunidade de estar presentes onde desejarem, seja nas instituições de ensino, nas universidades ou nos órgãos públicos.

Conclui-se que essa pesquisa observou que a IFES possui leis de integração e acessibilidade bem definidas, porém elas não conseguem ser cumpridas em sua totalidade, observou-se pontos importantes a serem desenvolvidos e melhorados pela IFES, para que esses alunos se sintam mais acolhidos pela instituição. Com essa pesquisa, pretende-se fomentar o respeito à individualidade de cada pessoa e, implementar meios de conscientização na comunidade acadêmica para questões relacionadas à diversidade e à inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa Vidal, R.; Ribas Sabará, M. T.; Batista Castanho, L. F.; Pessoa Sousa, G. Universidade E Pertencimento: Uma Reflexão Sobre Memória Institucional. **Revista Extensão**, V. 6, N. 2, P. 57-68, 5 Maio 2023.

BARROCO, Sônia. Repensando a interação do aluno portador de necessidades educativas especiais no ensino regular. Projeto de Ensino. Universidade Estadual de Maringá.1998.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 07 jun 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2020. 400p.

Dias, José. **Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015.

PATRON, LAU. 71 leões: **Uma história sobre maternidade, dor e renascimento**. Rio de Janeiro: Belas-Letras 1975

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%203.29

8%2C%20DE%2020,proteção%2C%20e%20dá%20outras%20providências. Acesso em: 10 jun 2023.

SOCIOLOGIAS, C. E.; SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S. 1.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

LINDBLOM, Charles E. “**The Science of Muddling Through**”, Public Administration Review 19: 78-88. 1959.

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais**. Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Mascarenhas, A. M. **INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Tese de dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação/Campus Campo Grande/MS.

SARMENTO, G. **Igualdade de oportunidades e política de cotas**. In: JUSBRASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/igualdade-de-oportunidades-e-politica-de-cotas/121941977>. Acesso em: 15 jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em: 15 jun 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

RESENDE, Nilza Maria de. **Políticas públicas e acessibilidade dos portadores de deficiência física a educação: ser de direito e estar ao alcance**. 2001. 96 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1595392>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SABATIER, Paul. “**Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis**”, *Journal of Public Policy*, 6 (1), pp. 21-48. 1986.

SABATIER, Paul & MAZMANIAN, Daniel. “**The Implementation of Public Policy: a Framework of Analysis**”, *Policy Studies Journal*, 8 (4), pp. 538-560. 1980.

MULLER, Pierre & SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. Pelotas: Educar, 2002.

O'BRIEN, K. J. & LI, L. 1999. **Selective Policy Implementation in Rural China**. *Comparative Politics*, New York, v. 31, n. 2, p. 167-186, Jan.

ELMORE, R. F. **Diseño retrospectivo: la investigación de la implementación y las decisiones políticas**. In: VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E.; REIN, M.; RABINOVITZ, F. F. & ELMORE, R. (dirs.). *La implementación de las políticas*. México: Miguel Angel Porrúa, 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/46233454/4-Elmore-Implementacion-Diseno-Retrospectivo>. Acesso em: Jul. 2023.

CABRAL, Umberlândia. **Desemprego e informalidade são maiores entre as pessoas com deficiência**. Agência IBGE Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34977-desemprego-e-informalidade-sao-maiores-entre-as-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 29 set 2023.

SIMON, Herbert. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

LASWELL, Laswell, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, MeridianBooks. 1936/1958.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos_web.pdf. Acesso em: 01 nov 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

ZARDO, Sinara Pollom. **Biographical-Educational Trajectories and Future Projects of Blind Young People**: Contributions to Narrative Analysis from a Critical Perspective. In: CHANTAL, Figueroa; HERNÁNDEZ-Saca David I. (Org.). *Disability in the Americas: The Intersections of Education, Power and Identify*. Palgrave Macmillan, 1st ed., 2021.

SILVA DE JESUS, L.; POLLOM ZARDO, S. **Trajetórias biográficas, acadêmicas e projetos de vida de jovens cegos**: um estudo no contexto da Universidade de Brasília: Biographical and academic trajectories and life projects of young blind people: a study in the context of the University of Brasilia. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6614>. Acesso em: 17 nov. 2023.

WINTER. S. C. Perspectivas de implementação: status e reconsideração. In PETERS, B. Guy, PIERRE, J. **Administração Pública**. Coletânea. ENAP. Ed. UNESP. 2010.

OLIVEIRA, Eudes: **O CAMPO DE ESTUDO SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada a ser aplicado aos estudantes com deficiência na IFES (Adaptado de Góes 2015)

Perguntas introdutórias:

Idade, gênero, o curso atual, semestre de ingresso, qual a deficiência e como surgiu.

Perguntas sobre as cotas: (LEI N° 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.)

- Quais fatores fizeram você escolher o curso atual e a IFES?
- Como você avalia o ingresso à universidade?
- Como vê o sistema de cotas para PcD atualmente?
- Antes de entrar na IFES você pesquisou as legislações que tratavam de PcD e verificou quais amparos legais você teria? Se sim, solicitou? Foi atendido?
- Encontrou dificuldades ao ingressar na IFES?

Perguntas sobre a permanência: (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N° 0050/2019)

- Como você enxerga sua vida acadêmica?
- Como você avalia o seu desempenho acadêmico?
- Como você avalia a sua interação com os demais alunos, professores e funcionários da IFES?
- Qual seria sua avaliação em relação a interação com as atividades acadêmicas, esportivas, sociais, recreativas e culturais.
- Em relação a permanência na IFES, quais fatores contribuem e dificultam?
- Já considerou abandonar o curso? Se sim, qual fator foi levado em conta?
- Tem alguma sugestão do que pode ser feito para melhorar a permanência dos estudantes com deficiência.

Perguntas sobre acessibilidade: (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N° 0050/2019)

- Avalie a locomoção até a IFES. (Art. 13)
- Como é a sua locomoção internamente? (Biblioteca, pavilhões, refeitórios...). Tem uma sugestão de como melhorar? (Art. 10, 11 e 12)
- Como é a estrutura interna e o ambiente da IFES para você? (Sala de aula, banheiros, espaços físicos, ventilação, temperatura, conforto...) (Art. 5 e 6)
- Você sente que a IFES proporciona condições didático-pedagógicas para você? (Docentes preparados, livros, recursos tecnológicos...) (Art. 2)
- A IFES pode melhorar o atendimento aos alunos com deficiência? De que forma?
- De acordo com sua experiência, como é ser um acadêmico com deficiência?

Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturada a ser aplicado com a gestora da diretoria de acessibilidade da IFES

- Quais são os princípios e valores da DACES?
- Quais são as estratégias e quais são as atividades exercidas pela IFES para cumprir a acessibilidade?
- Os docentes e os demais profissionais da IFES, estão preparados para lidar com as adversidades da pessoa com deficiência? O que vocês fazem para orientar?
- Os direitos de acesso, acessibilidade e permanência dos estudantes, vem sendo assegurados dentro da IFES?
- Como ocorre o ingresso das pessoas com deficiência na IFES?
- A DACES recebe recurso financeiro para atender exclusivamente os estudantes PcD cotistas?
- A IFES tem iniciativas que contemplam a gestão das possíveis dificuldades ou desafios associados à permanência desses alunos?
- A DACES possui integração com os decanatos e as diretorias? Se sim, são satisfatórias?
- A IFES dispõe de recursos e equipamentos necessários e suficientes para o atendimento dos alunos com deficiência?
- Na sua visão, como é a evasão dos alunos PcD ao longo da trajetória acadêmica? Que fator tem contribuído para desistência desses alunos?